

102

Advogado

Data da prova:

Domingo, 1º/10/2023

INSTRUÇÕES

- Você recebeu do fiscal:
 - 1 (um) caderno de questões das provas objetiva e discursiva contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta, e 1 (uma) prova discursiva;
 - 1 (uma) folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
 - 1 (uma) folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Verde vento. Verdes ramas.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de questões, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer as provas objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de questões, bem como retirar-se da sala.
- Você somente poderá retirar-se do local de aplicação da prova levando o caderno de questões no decurso dos últimos 75 (setenta e cinco) minutos anteriores ao término do tempo destinado à realização das provas objetiva e discursiva.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "U"

PROVA OBJETIVA

SIGLAS UTILIZADAS NA PROVA

CFF: Conselho Federal de Farmácia
CRF: Conselho Regional de Farmácia
CRFTO: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Tocantins

CONHECIMENTOS GERAIS

Questões de 1 a 30

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 1 a 18

QUESTÃO 1

Os medicamentos têm substâncias que podem ser tóxicas ou se tornar tóxicas após a sua decomposição e, por isso, devem ter uma destinação adequada, segundo a Diretoria do Conselho. Os resíduos podem contaminar a água e o solo, e são capazes de afetar peixes e outros organismos vivos, além de pessoas que bebem dessa água, alimentam-se desses animais contaminados ou comem frutas e legumes cultivados em solo infectado. O procedimento também coloca em risco indivíduos que entram em contato direto com o resíduo, como garis e catadores. A série *É Bom Saber*, disponibilizada na página do CRFTO, esclarece qual é a forma correta para o descarte de medicamentos vencidos ou que não serão mais utilizados.

Disponível em: <https://www.facebook.com/crftooficial/?locale=pt_BR>. Acesso em: 17 jul. 2023, com adaptações.

Com relação ao gênero e à tipologia textual, assinale a alternativa correta.

- (A) O primeiro período é uma citação de autoridade, o que torna o texto científico.
- (B) O texto estrutura-se por meio de linguagem persuasiva figurada, caracterizando-o como injuntivo.
- (C) A seleção vocabular mais erudita deste texto o distancia do universo jornalístico.
- (D) O segundo e o terceiro períodos narram caso de descarte de substâncias que podem se tornar tóxicas após a respectiva decomposição.
- (E) O parágrafo é informativo e compõe um texto institucional que apresenta, de forma sintética, a série *É Bom Saber*.

Texto para responder às questões 2 e 3.

O CRFTO é o responsável pelo registro profissional de recém-formados e egressos de outros estados. O Conselho, no entanto, tem barrado alguns diplomas que estão sem conformidade com a documentação apresentada no ato do registro. Nesse primeiro semestre do ano, já foram identificadas três tentativas de inscrições por meio de documentos falsos.

Disponível em: <https://www.facebook.com/crftooficial/?locale=pt_BR>. Acesso em: 14 jul. 2023, com adaptações.

QUESTÃO 2

Em “O Conselho, no entanto, tem barrado alguns diplomas que estão sem conformidade com a documentação apresentada no ato do registro.”, o emprego das vírgulas

- (A) é obrigatório apenas na primeira ocorrência porque, antes das conjunções adversativas, tais como “no entanto”, “porém” e “mas”, sempre se usa essa pontuação.
- (B) é opcional em ambas as ocorrências, pois não se considera longa a conjunção isolada por essa pontuação.
- (C) é obrigatório porque a conjunção está deslocada para o meio da primeira oração do período.
- (D) seria incorreto se a conjunção fosse deslocada para o final do período.
- (E) também está correto antes de “no entanto”, desde que a conjunção esteja escrita com inicial minúscula.

QUESTÃO 3

Assinale a alternativa que corresponde à classificação morfológica e sintática da palavra “que”.

- (A) pronome relativo – sujeito
- (B) conjunção subordinativa – adjunto adverbial
- (C) conjunção integrante – objeto direto
- (D) pronome demonstrativo – objeto direto
- (E) conjunção explicativa – objeto direto

QUESTÃO 4

No calendário do CRFTO, a luta contra a malária envolve uma série de medidas. O farmacêutico desempenha um papel fundamental nessa luta, sendo responsável pela dispensação de medicamentos antimaláricos e pela orientação aos pacientes acerca do uso correto desses medicamentos. Além disso, pode realizar ações de prevenção e promoção da saúde, como a distribuição de mosquiteiros com inseticida e a orientação quanto a medidas de prevenção da doença e à identificação de casos suspeitos de malária. O farmacêutico também atua em parceria com outros profissionais de saúde e com as autoridades sanitárias locais.

Disponível em: <https://www.facebook.com/crftooficial/?locale=pt_BR>. Acesso em: 17 jul. 2023, com adaptações.

De acordo com os sentidos do texto, a função do farmacêutico na luta contra a malária, prevista no Calendário do CRFTO, é

- (A) ensinar os indivíduos a cuidarem sozinhos da própria saúde em Tocantins.
- (B) atuar na prevenção de diversas formas da doença, propiciar o uso adequado de medicamentos, além de estar em parceria com outros profissionais de saúde e com as autoridades sanitárias locais.
- (C) apresentar aos consumidores os efeitos negativos dos medicamentos antimaláricos.
- (D) melhorar a venda dos medicamentos antimaláricos com o esclarecimento das dúvidas dos usuários e dos demais profissionais de saúde.
- (E) caracterizar os medicamentos, mostrando os melhores para o público das farmácias em geral e, sobretudo, para profissionais de outras áreas e autoridades sanitárias locais.

Área livre

QUESTÃO 5

Aprovada na última Reunião Plenária Ordinária do CFF, a Resolução CFF nº 747, que regulamenta as atribuições do farmacêutico em doenças tropicais e negligenciadas, acaba de ser publicada no Diário Oficial da União. Com a publicação no DOU e no Portal da Transparência do CFF, passam a vigorar as normas necessárias ao desenvolvimento dos serviços pelos farmacêuticos que já atuam ou desejam atuar nessa área.

Disponível em: <https://www.facebook.com/crftooficial/?locale=pt_BR>. Acesso em: 14 jul. 2023, com adaptações.

Assinale a alternativa na qual o termo sublinhado exerce a mesma função sintática que a palavra “que” nas duas ocorrências.

- (A) “Aprovada na última Reunião Plenária Ordinária do CFF”
- (B) “Com a publicação no DOU e no Portal da Transparência do CFF”
- (C) “as normas necessárias ao desenvolvimento dos serviços pelos farmacêuticos”
- (D) “passam a vigorar as normas necessárias ao desenvolvimento dos serviços pelos farmacêuticos”
- (E) “desejam atuar nessa área.”

QUESTÃO 6



Disponível em: <<https://tirasarmandinho.tumblr.com/post/126594782574/tirinha-original>>. Acesso em: 29 jun. 2023.

De acordo com a tirinha de Armandinho, assinale a alternativa correta.

- (A) O vínculo entre pai e filho é mostrado de forma equilibrada e estável; o filho sequer questiona a realidade apresentada pelo pai, pois há uma relação de confiança entre eles.
- (B) O humor da tirinha decorre do fato de as máximas serem apresentadas conforme a cultura vigente, ou seja, Armandinho repete o que sempre ouviu acerca de drogas e medicamentos. A aproximação entre drogas e medicamentos causa, entretanto, estranhamento ao personagem.

- (C) A crítica contida na tirinha do personagem Armandinho aborda uma sociedade consumista, a qual consome muitos medicamentos e drogas para se distanciar dos problemas do dia a dia.
- (D) O humor vem do uso eficaz de estratégias discursivas, como a dupla interpretação, por exemplo. O anonimato do pai de Armandinho reflete, ao mesmo tempo, o distanciamento na relação entre pais e filhos e as incertezas do mundo adulto acerca da automedicação.
- (E) Na tirinha de Armandinho, observa-se um enunciado que não permite ampliação de significados, pois os papéis dos personagens e o espaço são delimitados.

Texto para responder às questões 7 e 8.

Já está no ar o sistema *CRFTO em Casa*, implantado pelo CRFTO, que possibilitará que os farmacêuticos e proprietários de farmácias possam realizar serviços sem precisarem comparecer ao Conselho. O principal objetivo da nova ferramenta é, portanto, otimizar os processos da instituição e prestar um melhor atendimento ao público. Entre os serviços, a emissão da anuidade já está disponível e pode ser acessada no *site*. É importante também lembrar que o acesso ao sistema pode ser realizado a qualquer hora e em qualquer local, e é possível acessá-lo pela internet por meio de computador, celular, *notebook* e *tablet*. O sistema fica disponível 24 horas por dia.

Disponível em: <<http://crfto.org.br/novo-sistema-crfto-em-casa-ja-esta-disponivel-para-realizacao-de-servico-online/>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

QUESTÃO 7

A oração “que o acesso ao sistema pode ser realizado a qualquer hora e em qualquer local”, relativamente à oração que a antecede, corresponde ao

- (A) sujeito de “É importante”.
- (B) predicativo do sujeito da forma verbal “lembrar”.
- (C) objeto indireto do verbo “lembrar”.
- (D) objeto direto do verbo “lembrar”.
- (E) complemento nominal do adjetivo “importante”.

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa que apresenta o sentido lógico das conjunções sublinhadas em “O principal objetivo da nova ferramenta é, portanto, otimizar os processos da instituição e prestar um melhor atendimento ao público.”

- (A) conclusão – adição
- (B) consequência – adição
- (C) explicação – alternativa
- (D) conclusão – adversidade
- (E) consequência – explicação

Área livre

QUESTÃO 9

Projeto de Pesquisa e Extensão Palmas Para Todos

São objetivos do projeto a universalização do acesso das populações vulneráveis a ações e serviços de saúde que visem à garantia da cidadania pela redução das iniquidades em saúde; à articulação de uma rede de proteção, seguridade e desenvolvimento social, assim como à redução de danos e busca ativa de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Disponível em: <<https://fesp.palmas.to.gov.br/palmas-para-todos>>. Acesso em: 29 jun. 2023, com adaptações.

Em “São objetivos do projeto a universalização do acesso das populações vulneráveis a ações e serviços de saúde que visem à garantia da cidadania pela redução das iniquidades em saúde”, o substantivo “iniquidades” poderia ser substituído no texto, mantendo-se sua coerência e correção, por

- (A) auxílios.
- (B) benefícios.
- (C) injustiças.
- (D) antipatias.
- (E) altruísmos.

QUESTÃO 10

Há diversas ações inovadoras acontecendo, em todo o Brasil, dentro das farmácias comunitárias e que estão provocando uma verdadeira revolução na área farmacêutica, demonstrando que realizar uma dispensação farmacêutica qualificada não é utopia ou mero academicismo sem valor prático. Muitas farmácias comunitárias perceberam que precisavam ser diferentes, e resolveram adotar a atuação clínica do profissional como diferencial competitivo no enfrentamento da concorrência de grandes redes do varejo farmacêutico.

Disponível em: <https://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/122/encarte_farmAcia_comunitAria.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

Com o intuito de se manterem a correção, o sentido e a formalidade do texto, a forma verbal “Há” poderia ser substituída por

- (A) Tem.
- (B) Têm.
- (C) Existe.
- (D) Ocorre.
- (E) Existem.

Área livre

QUESTÃO 11

A apresentação de diploma falso está prevista no art. 304 do Código Penal como crime formal, instantâneo e que não exige resultado naturalístico, ou seja, prejuízo concreto à fé pública para ser considerado consumado. No caso do diploma farmacêutico, o crime é nocivo à saúde da população. O CRFTO realiza uma análise de diploma e histórico escolar extremamente rigorosa e em contato com as instituições de ensino e o Ministério da Educação para coibir fraudes. A pena para quem apresenta documentos falsificados é de dois a seis anos de reclusão e pagamento de multa.

Disponível em: <https://www.facebook.com/crftooficial/?locale=pt_BR>. Acesso em: 14 jul. 2023, com adaptações.

Em relação ao emprego do acento grave indicativo de crase, assinale a alternativa correta.

- (A) Na segunda ocorrência, se o trecho “nocivo à saúde da população” for substituído por “nocivo à nossa saúde”, o emprego do acento é facultativo.
- (B) Em ambas as ocorrências, a preposição “a” é regida por verbos transitivos indiretos e antecedem substantivos femininos que necessitam de artigo definido feminino.
- (C) Na primeira ocorrência, caso o texto faça referência anteriormente “à fé pública” com a substituição de “fé pública” pelo pronome pessoal “ela”, a crase será obrigatória.
- (D) Em ambas as ocorrências, o fenômeno da crase ocorre em razão da presença da preposição “a” e do artigo indefinido.
- (E) Na segunda ocorrência, a substituição de “saúde da população” por “essa saúde” torna o emprego da crase opcional.

QUESTÃO 12

As decisões do Plenário do CRFTO se darão sob a forma de deliberação a serem editadas no prazo máximo de 15 dias de aprovação de cada ato, na forma estabelecida pela Resolução nº 90/1970 ou outra que a substituir, devendo ser publicadas no átrio do CRF, no seu sítio eletrônico e, quando necessário ou exigido por lei, no Diário Oficial da União ou no órgão de Imprensa Oficial no âmbito da jurisdição do CRF. A cassação ou o afastamento temporário de diretor ou conselheiro exige o voto favorável de dois terços dos membros do Plenário.

Disponível em: <<https://crfto.org.br/plenario/>>. Acesso em: 14 jul. 2023, com adaptações.

No que se refere às práticas do CRFTO, assinale a alternativa correta.

- (A) As deliberações do CRFTO ocorrem a qualquer momento, desde que haja a aprovação dos presentes no Plenário.
- (B) As decisões do Plenário do CRFTO somente podem ser aprovadas depois de publicadas na imprensa local.
- (C) Em caso de afastamento temporário ou cassação de diretor ou conselheiro, é necessária a maioria dos votos do Plenário.
- (D) No Plenário do CRFTO, devem sempre estar presentes dois terços dos membros.
- (E) As decisões do Plenário do CRFTO ocorrem sempre no prazo de 15 dias.

QUESTÃO 13

O CRFTO atende às denúncias que envolvem profissionais e estabelecimentos farmacêuticos que comprometam e coloquem em risco a saúde pública. Qualquer pessoa pode denunciar. Ao efetuar uma denúncia no CRFTO, é gerado um número de protocolo imediatamente ou disponibilizado em até 48 horas. Para a denúncia ser apurada, é necessário reunir a maior quantidade de informações possíveis para que o CRFTO possa identificar e apurar as denúncias.

Disponível em: <<https://crfto.org.br/denuncia/>>.
Acesso em: 14 jul. 2023, com adaptações.

Acerca do terceiro e do quarto períodos do texto, quanto ao emprego das vírgulas, assinale a alternativa correta.

- (A) É obrigatória essa pontuação nas duas ocorrências em razão do emprego de adjuntos adverbiais longos no início de cada um deles.
- (B) É opcional usar vírgulas em ambos os casos porque o sentido se mantém o mesmo com ou sem essa pontuação.
- (C) Seria incorreto utilizar essa pontuação se os trechos que antecipam as vírgulas fossem deslocados para o final de cada um dos períodos.
- (D) É obrigatório o emprego dessa pontuação por serem orações adverbiais deslocadas para o início dos respectivos períodos.
- (E) É opcional o uso de vírgulas porque são orações reduzidas antecipadas.

QUESTÃO 14

O Plenário do CRFTO é dirigido por seu presidente e, além das atribuições do art. 10 da Lei Federal nº 3.820/1960, a ele compete: “apreciar e julgar os balancetes trimestrais, o relatório e a prestação de contas do Conselho Regional de Farmácia, mesmo nas excepcionais hipóteses de intempestividade, impossibilidade ou negativa de análise pela Comissão de Tomada de Contas, o que deverá ser expressamente justificado pelo gestor, submetendo-os posteriormente à análise do Conselho Federal de Farmácia.”

Disponível em: <<https://crfto.org.br/plenario/>>.
Acesso em: 17 jul. 2023, com adaptações.

De acordo com as regras de ortografia e de acentuação gráfica vigentes, assinale a alternativa correta.

- (A) As palavras “contas” e “gestor” não são acentuadas por serem oxítonas terminadas em s e r, respectivamente.
- (B) As palavras “Plenário”, “relatório” e “Farmácia” são acentuadas por serem paroxítonas terminadas em ditongo.
- (C) O vocábulo “expressamente” poderia ser substituído corretamente pela forma “basicamente”.
- (D) Os vocábulos “hipóteses” e “análise” obedecem à mesma regra de acentuação gráfica, já que possuem a mesma terminação, com diferença apenas quanto ao número.
- (E) As palavras “prestação” e “Comissão” são acentuadas por serem oxítonas.

QUESTÃO 15

Araguaína, Gurupi e Palmas recebem ação em alusão à Campanha do Uso Racional de Medicamentos

O uso irracional de medicamentos é hábito comum da população, porém pode causar muitos males. O dia 5 de maio é o Dia Nacional pelo Uso Racional de Medicamentos, data criada para alertar a população quanto aos riscos da automedicação. Conforme dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas, uma das maiores causas de intoxicações no Brasil é o uso inadequado ou abusivo de medicamentos. A ingestão de substâncias de forma inadequada também pode causar reações como dependência e até a morte.

Disponível em: <<https://crfto.org.br/5857-2/>>.
Acesso em: 29 jun. 2023, com adaptações.

Assinale a alternativa que reescreve adequadamente as ideias do texto, de modo a preservar a correção, o sentido e a formalidade.

- (A) A data de 5 de maio comemora os riscos da automedicação informando à população a respeito dos malefícios das diversas substâncias que são consumidas.
- (B) A ingestão de substâncias inadequadas pode levar os indivíduos a morte devido ao abuso de medicamentos.
- (C) De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas a maioria dos casos de intoxicação no País é por automedicação.
- (D) Usar medicamentos de forma irracional é comum na população mais pobre do País e isso pode gerar muitos problemas.
- (E) A prática de utilizar-se de medicamentos de forma inadequada é uma realidade no Brasil, o que pode gerar consequências bastante negativas para a população.

Área livre

QUESTÃO 16

O CRFTO é uma autarquia federal e deve cumprir rigorosamente o que determinam as leis, os decretos e as resoluções estabelecidas pelo governo federal, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo CFF. Sendo assim, são atribuições do Conselho Regional:

- garantir, em suas respectivas áreas de jurisdição, que a atividade farmacêutica seja exercida por profissionais legalmente habilitados;
- julgar eticamente o farmacêutico que comete infração ao código de ética da profissão;
- exigir que as farmácias e drogarias tenham farmacêutico durante todo o horário de funcionamento;
- promover a valorização da profissão farmacêutica por meio da capacitação, mobilização e visibilidade.

Disponível em: <<https://crfto.org.br/conselho-crfto/>>. Acesso em: 29 jun. 2023, com adaptações.

Quanto à transitividade dos verbos e a seus complementos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os verbos que compõem as atribuições do Conselho Regional são transitivos diretos.
- (B) O trecho “que comete infração ao código de ética da profissão” é um complemento oracional.
- (C) Os verbos, na primeira atribuição apresentada, são transitivo direto e transitivo indireto, respectivamente.
- (D) Em “Exigir que as farmácias e drogarias tenham farmacêutico durante todo o horário de funcionamento”, o objeto indireto do verbo “Exigir” é oracional.
- (E) Em “Promover a valorização da profissão farmacêutica por meio da capacitação, mobilização e visibilidade”, o verbo é transitivo direto e indireto.

QUESTÃO 17

O Plenário do CRFTO é dirigido por seu presidente e, além das atribuições do art. 10 da Lei Federal nº 3.820/1960, a ele compete: “sugerir propostas relativas a projetos de lei ou providências para aprimoramento da profissão farmacêutica ou atualização de suas normas, remetendo-as ao Conselho Federal de Farmácia.”

Disponível em: <<https://crfto.org.br/plenario/>>. Acesso em: 17 jul. 2023, com adaptações.

Assinale a alternativa que indica o referente semântico do pronome “as”, presente na citação do texto.

- (A) “atribuições do art. 10 da Lei Federal nº 3.820/1960”
- (B) “suas normas”
- (C) “propostas relativas a projetos de lei ou providências para aprimoramento da profissão farmacêutica ou atualização de suas normas”
- (D) “Lei Federal nº 3.820/1960”
- (E) “providências para aprimoramento da profissão farmacêutica”

QUESTÃO 18

As atribuições do farmacêutico, ao dispensar medicamentos, tomaram uma dimensão tão extraordinária que, hoje, podemos dizer que dispensar não significa apenas entregar o medicamento prescrito ou indicado pelo farmacêutico, mas se trata da atuação clínica deste profissional, com o objetivo de proporcionar ao paciente não só o medicamento, como também os serviços clínicos que o acompanham, promovendo o uso racional de medicamentos e a proteção do paciente contra prováveis problemas relacionados ao uso destes.

Disponível em: <https://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/122/encarte_farmAcia_comunitAria.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

De acordo com as ideias veiculadas no texto e as relações lógicas estabelecidas entre elas, assinale a alternativa correta.

- (A) Os prováveis problemas relacionados ao uso inadequado de medicamentos diminuem à medida que se promove o uso racional de medicamentos.
- (B) A proteção do paciente contra problemas relacionados ao uso inadequado de medicamentos explica a promoção do uso racional de medicamentos.
- (C) As atribuições atuais do farmacêutico se opõem à atuação clínica desse profissional, o que é corroborado pelo uso da conjunção “mas”.
- (D) O uso racional dos medicamentos é a finalidade de os farmacêuticos terem atuação clínica.
- (E) O fato de a dispensação de medicamento não significar apenas a entrega do medicamento prescrito ou indicado para o tratamento, mas sim a atuação clínica desse profissional, é consequência de esse ato de dispensar medicamento ter tomado uma dimensão extraordinária.

Área livre

LEGISLAÇÃO APLICADA AO CRFTO
Questões de 19 a 30

QUESTÃO 19

Nos termos da Lei nº 3.820/1960, o mandato dos membros do CFF é

- (A) privativo de farmacêuticos de nacionalidade brasileira, gratuito, honorífico e terá a duração de quatro anos.
- (B) privativo de farmacêuticos de nacionalidade brasileira ou estrangeira, oneroso, honorífico e terá a duração de cinco anos.
- (C) privativo de farmacêuticos de nacionalidade brasileira, oneroso, honorífico e terá a duração de um ano.
- (D) privativo de farmacêuticos de nacionalidade brasileira ou estrangeira, gratuito, honorífico e terá a duração de três anos.
- (E) privativo de farmacêuticos de nacionalidade brasileira, gratuito, honorífico e terá a duração de dois anos.

QUESTÃO 20

Com base na Lei nº 3.820/1960, acerca da prestação de contas do CFF e dos CRF, assinale a alternativa correta.

- (A) A prestação de contas dos presidentes dos CRF será feita diretamente ao Tribunal de Contas da União (TCU).
- (B) Os CRF deverão, obrigatoriamente, prestar suas contas a cada biênio.
- (C) A prestação de contas do CFF é composta unicamente pelo compilado de todas as prestações de contas realizadas pelos CRF.
- (D) O secretário-geral é responsável pela realização da prestação de contas dos CRF.
- (E) O presidente do CFF prestará suas contas ao TCU.

QUESTÃO 21

Em relação às penalidades previstas na Lei nº 3.820/1960, assinale a alternativa correta.

- (A) A aplicação da pena de censura deve ser publicizada.
- (B) O poder de punir disciplinarmente compete, com exclusividade, ao CRF no qual o faltoso estiver inscrito ao tempo do fato punível em que incorreu.
- (C) Não é possível que o acusado interponha recurso ao CFF para contestar penalidade imposta pelo CRF.
- (D) A penalidade de censura é imposta por motivo de falta grave ou de pronúncia criminal.
- (E) Aplica-se a pena de advertência àquele que já tiver sido condenado, definitivamente, por três vezes a penas de suspensão.

Área livre

QUESTÃO 22

Segundo o disposto no Capítulo II (Dos Quadros e Inscrições) da Lei nº 3.820/1960, assinale a alternativa correta.

- (A) A inscrição no Conselho é realizada mediante requerimento escrito ou oral.
- (B) O requerimento de inscrição é encaminhado primeiramente ao presidente do CFF e, após o aceite, será dirigido ao CRF.
- (C) A exibição da carteira profissional poderá, em qualquer oportunidade, ser exigida por qualquer interessado, para fins de verificação da habilitação profissional.
- (D) A carteira de identidade profissional dos inscritos nos quadros dos CRF habilita-os ao exercício da profissão no território nacional e estrangeiro.
- (E) Os membros dos CRF são impedidos de exercer a profissão, de forma temporária ou permanente, em mais de uma jurisdição.

QUESTÃO 23

No que se refere ao Regimento Interno do CRFTO, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas deliberações do Plenário, cada conselheiro efetivo tem direito a um voto, exceto o presidente da sessão, que apenas se manifestará no caso de empate.
- (B) A presença do conselheiro federal efetivo e do suplente é obrigatória nas reuniões plenárias.
- (C) O conselheiro regional pode exercer simultaneamente a função de conselheiro federal.
- (D) Os membros da Diretoria devem, obrigatoriamente, votar nas deliberações relativas à análise e ao julgamento da sua prestação de contas.
- (E) O conselheiro efetivo que faltar a duas reuniões plenárias consecutivas, ainda que justificadamente, perderá o mandato.

QUESTÃO 24

De acordo com o Regimento Interno do CRFTO, acerca das reuniões plenárias, assinale a alternativa correta.

- (A) A participação nas reuniões plenárias é restrita aos conselheiros, diretores e gestores do CRFTO.
- (B) O CRF não poderá, em nenhuma hipótese, proceder ao pagamento de gratificação de presença aos conselheiros que participarem das reuniões plenárias.
- (C) Todas as despesas realizadas pelos conselheiros para comparecerem às reuniões plenárias deverão ser ressarcidas pelo CRF.
- (D) As pautas e as datas de realização das reuniões plenárias deverão ser divulgadas previamente no átrio do CRF e em seu sítio eletrônico.
- (E) O CRF deverá convidar representantes de entidades a que se vinculem, desde que sejam farmacêuticos, para tratar de matéria relativa aos interesses de seus inscritos.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa que corresponda a uma competência do vice-presidente do CRF, de acordo com o Regimento Interno do CRFTO.

- (A) Organizar o cadastro dos profissionais inscritos no Conselho.
- (B) Convocar reuniões ordinárias ou extraordinárias do Plenário.
- (C) Dar posse aos membros da Comissão de Tomada de Contas.
- (D) Presidir as sessões plenárias e as reuniões da Diretoria.
- (E) Supervisionar as ações de fiscalização do exercício profissional.

QUESTÃO 26

Nos termos do Regimento Interno do CRFTO, a respeito das comissões que colaboram no desempenho das atribuições do CRF, assinale a alternativa correta.

- (A) A Comissão de Assistência Profissional tem por finalidade dar andamento e emitir parecer em processos referentes à ética e à disciplina.
- (B) As comissões do CRF são permanentes ou grupos técnicos de trabalho.
- (C) As comissões têm por objetivo opinar acerca de assuntos profissionais que exijam conhecimentos técnicos específicos, diversamente do que ocorre com os grupos técnicos de trabalhos.
- (D) A Comissão de Tomada de Contas, responsável por emitir parecer relativo às contas do Conselho, é temporária e constituída por quatro membros efetivos.
- (E) É necessário ter mandato de conselheiro no CRF para ser membro da Comissão de Ética.

QUESTÃO 27

De acordo com o Regimento Interno do CRFTO, ao tesoureiro do CRF compete

- (A) fiscalizar a arrecadação da receita e a realização da despesa, além de preparar o orçamento anual e elaborar as contas do exercício.
- (B) responder pelo expediente do CRF.
- (C) substituir o vice-presidente nos seus impedimentos e ausências ocasionais.
- (D) secretariar as reuniões plenárias e as da Diretoria.
- (E) expedir certidões requeridas.

Área livre

QUESTÃO 28

Com base no Regimento Interno do CRFTO, assinale a alternativa correta.

- (A) O CRFTO é composto por, no máximo, 10 conselheiros.
- (B) O CRFTO tem jurisdição em todo o território nacional.
- (C) A criação de seccionais ou sedes pelo CRFTO é vedada.
- (D) O CRFTO é pessoa jurídica de direito público que se caracteriza, entre outros, por ser órgão executivo do CFF.
- (E) O plenário do CRFTO não poderá ser aumentado acima do mínimo, mesmo que o órgão demonstre capacidade de sustentabilidade financeira.

QUESTÃO 29

Conforme o disposto na Lei nº 3.820/1960, em relação às anuidades e às taxas, assinale a alternativa correta.

- (A) Os inscritos nos CRF estão isentos do pagamento de taxa para expedição da carteira profissional.
- (B) As empresas que exploram serviços para os quais são necessárias atividades profissionais farmacêuticas detêm a faculdade de pagar a anuidade ao CRF de sua jurisdição.
- (C) É necessário que as empresas que explorem serviços para os quais são necessárias atividades de profissional farmacêutico provem aos CRF que suas atividades são exercidas por profissional habilitado e registrado.
- (D) Os CRF não poderão cobrar taxas para substituição de carteira profissional.
- (E) Todas as doações e os legados devem ser direcionados ao CFF, não podendo constituir a renda dos CRF.

QUESTÃO 30

No que tange ao disposto no Regimento Interno do CRFTO acerca da Diretoria do CRF, assinale a alternativa correta.

- (A) As reuniões ordinárias da Diretoria devem, de forma obrigatória, ocorrer semanalmente.
- (B) É atribuição da Diretoria dar posse aos membros da Comissão de Tomada de Contas.
- (C) A Diretoria deliberará por maioria absoluta de votos.
- (D) A Diretoria é constituída pelo presidente, vice-presidente, secretário-geral e tesoureiro do CRF.
- (E) As reuniões da Diretoria somente serão instaladas com a presença de todos os diretores.

Área livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Questões de 31 a 60
QUESTÃO 31

Suponha que Antônio, com muitas dores na perna direita, tenha se dirigido a um hospital e lá se consultou com um angiologista, o qual concluiu que Antônio teria de fazer cirurgia de varizes, especialmente da safena. Assim, após todos os exames pré-operatórios, Antônio foi internado. Durante a cirurgia, com o paciente anestesiado, foi operada a perna esquerda, inclusive com a amputação do membro.

A respeito desse caso, é correto afirmar que se trata de

- (A) responsabilidade civil objetiva do médico e do hospital.
- (B) responsabilidade objetiva do hospital e subjetiva do médico.
- (C) responsabilidade subjetiva do hospital e do médico.
- (D) responsabilidade penal, e não civil.
- (E) responsabilidade administrativa, e não civil.

QUESTÃO 32

Com relação ao domicílio da pessoa natural, assinale a alternativa correta.

- (A) O domicílio do artista de circo é o endereço da residência de seus genitores.
- (B) O domicílio necessário do preso é o endereço do juízo que expediu sua sentença penal condenatória, transitada em julgado.
- (C) O domicílio necessário exclui o voluntário.
- (D) O domicílio necessário do incapaz é aquele por ele escolhido.
- (E) O domicílio de uma pessoa em situação de rua é o endereço da instituição de abrigo e assistência social em que ela é acolhida.

QUESTÃO 33

Quando o Código Civil faz menção ao ato ilícito, no art. 186, ele afirma que

- (A) esse ato importa no cometimento de crime.
- (B) quem pratica ato ilícito, nesses termos, responderá criminalmente.
- (C) o ordenamento jurídico vigente foi descumprido por alguém, e essa conduta gerou dano a outrem, obrigando o autor da conduta a indenizar a vítima pecuniariamente.
- (D) esse ato pode gerar dano patrimonial, mas não moral.
- (E) o ordenamento jurídico vigente foi descumprido por alguém que agiu dolosamente e, por isso, terá o dever de indenizar civil e penalmente.

Área livre
QUESTÃO 34

De acordo com o Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público interno a União, os estados, o Distrito Federal e os territórios, os municípios, as autarquias e as demais entidades de caráter público criadas por lei. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa que apresenta a natureza jurídica do CRFTO.

- (A) Autarquia
- (B) Fundação instituída pelo poder público
- (C) Sociedade de economia mista
- (D) Consórcio público
- (E) Empresa pública

QUESTÃO 35

João, farmacêutico, decidiu deixar Brasília (DF) para residir em Palmas (TO). Em Brasília, João possui um imóvel cuja locação lhe dá sustento. Por causa da mudança de domicílio, João atribuiu a Pedro o poder de administração de seus interesses nessa cidade, mediante instrumento particular. Com base no exposto, é correto afirmar que João celebrou um contrato de

- (A) doação.
- (B) compra e venda.
- (C) mandato.
- (D) locação.
- (E) empréstimo.

QUESTÃO 36

Nos termos do art. 203 do Código de Processo Civil, os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. Do pronunciamento que determina a remessa dos autos ao contabilista para elaboração dos cálculos judiciais e estabelece os parâmetros de sua realização

- (A) não cabe recurso.
- (B) cabe apelação.
- (C) cabe agravo de instrumento.
- (D) cabe agravo interno.
- (E) cabem embargos de divergência.

QUESTÃO 37

Tendo em vista os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como concebidos no direito pátrio, é correto afirmar que o (a)

- (A) juiz deve ser parcial.
- (B) legitimidade da parte é, em regra, extraordinária.
- (C) parte maior de 21 anos de idade detém capacidade postulatória.
- (D) citação do réu é um dos pressupostos processuais.
- (E) advogado não tem capacidade postulatória.

QUESTÃO 38

Extingue-se o processo com resolução do mérito quando houver

- (A) morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes.
- (B) homologação do reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção.
- (C) parto da advogada responsável pelo processo, única patrona da causa.
- (D) admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- (E) arguição de impedimento ou de suspeição.

QUESTÃO 39

Em relação à sentença e à coisa julgada, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz proferirá duas sentenças simultaneamente, quando houver ação e reconvenção.
- (B) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
- (C) Publicada a sentença, o juiz poderá alterá-la, de ofício, para retificar erros de cálculo.
- (D) O juiz resolverá o mérito quando indeferir a petição inicial.
- (E) É permitido à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a respeito das quais se operou a preclusão.

QUESTÃO 40

O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento. Essa disposição traduz o princípio

- (A) dispositivo.
- (B) do devido processo legal.
- (C) do juiz natural.
- (D) do livre convencimento motivado.
- (E) do contraditório.

QUESTÃO 41

De acordo com o texto constitucional de 1988, é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Com base no exposto, é correto afirmar que se trata de uma norma constitucional de eficácia

- (A) contida.
- (B) limitada.
- (C) plena.
- (D) irrestringível.
- (E) ilimitada.

QUESTÃO 42

No que se refere às competências dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, previstas no texto constitucional de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete privativamente ao Poder Judiciário apreciar os atos de concessão e de renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- (B) É competência exclusiva do Congresso Nacional zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes.
- (C) Cabe ao Poder Executivo resolver definitivamente acerca de tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (D) Cabe ao Poder Judiciário julgar anualmente as contas prestadas pelo presidente da República e apreciar os relatórios relativos à execução dos planos de governo.
- (E) É competência exclusiva do Poder Executivo aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

QUESTÃO 43

No que concerne às atribuições do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia, assinale a alternativa correta.

- (A) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a divisibilidade e a independência funcional.
- (B) A Defensoria Pública é instituição permanente a que incumbe, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral aos necessitados e mediante sistema de pagamento por coparticipação, conforme previsão em lei.
- (C) A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas no texto constitucional de 1988 impede a legitimidade de terceiros para propor as mesmas ações.
- (D) Nos limites da lei, o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.
- (E) São funções institucionais da Advocacia e da Defensoria Pública exercer o controle externo da atividade policial.

QUESTÃO 44

Acerca do controle de constitucionalidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), na Constituição de 1988 e nas Leis federais nº 9.868/1999 e nº 9.882/1999, assinale a alternativa correta.

- (A) É inconstitucional a norma contida no art. 27 da Lei federal nº 9.868/1999, que permite a modulação de efeitos, pelo STF, da decisão que declara a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo.
- (B) A Lei federal nº 9.882/1999 foi editada com estrita observância à ordem constitucional e representa verdadeiro marco na mudança do tipo de fiscalização realizada pelo Supremo Tribunal Federal, com ênfase na tutela dos preceitos fundamentais não amparados pelos outros meios de controle concentrado de constitucionalidade.
- (C) Como regra, a medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex tunc*.
- (D) Será admitido o pedido de desistência da ação direta de inconstitucionalidade.
- (E) O partido político pode propor ação direta de inconstitucionalidade no STF, mesmo que nunca tenha tido representação no Congresso Nacional.

Área livre

QUESTÃO 45

Conforme dispõe o texto constitucional de 1988 quanto à ordem social, assinale a alternativa correta.

- (A) Na forma da lei, o Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, sendo vedada a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.
- (B) A seguridade social compreende um conjunto fragmentado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- (C) As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e compartilhada, constituindo um sistema único, organizado de forma centralizada, com direção única em cada esfera de governo.
- (D) A previdência social será organizada sob a forma do regime geral, sempre de caráter contributivo e de filiação facultativa, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- (E) A ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

QUESTÃO 46

Com relação aos direitos e às garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- (B) Nos termos da lei, é assegurada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis de internação coletiva, sendo vedada a prestação nas entidades militares.
- (C) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, nem mesmo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro.
- (D) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- (E) Mediante o pagamento de taxas específicas, é assegurado a todos o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

QUESTÃO 47

No que diz respeito aos bens públicos, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e com o texto da Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) Incluem-se entre os bens dos estados-membros os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos.
- (B) As terras devolutas pertencem, em regra, aos estados-membros, com exceção daquelas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e das construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, que são de propriedade da União.

- (C) As terras devolutas pertencem, em regra, à União, com exceção daquelas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e das construções militares, das vias de comunicação e à preservação ambiental, que são de propriedade dos estados-membros.
- (D) Os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens dos estados-membros.
- (E) Os imóveis públicos urbanos podem ser adquiridos por usucapião.

QUESTÃO 48

No que tange ao tratamento dado pela jurisprudência dos tribunais superiores e pela doutrina aos princípios de direito administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da moralidade impõe que o administrador público dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta.
- (B) O princípio da legalidade implica a dispensa de autorização legislativa de toda e qualquer atividade administrativa a ser realizada pelos agentes da Administração Pública.
- (C) Como regra, no princípio da impessoalidade, a Administração Pública há de ser pessoal, concedendo tratamento especial a indivíduos determinados.
- (D) Na aplicação do princípio da eficiência, as falhas e as omissões do Estado não ensejam, em regra, a responsabilização dos agentes que derem causa a sua violação.
- (E) De acordo com o princípio da máxima divulgação, quando não demonstrada, em concreto, nenhuma razão para se entender que a manutenção do sigilo de informações dos órgãos públicos é útil à segurança da sociedade e do Estado e imprescindível a essa finalidade, deve prevalecer a regra da publicidade.

QUESTÃO 49

Quanto a aspectos relacionados aos agentes públicos e aos servidores públicos no texto constitucional de 1988 e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) Está em harmonia com a Constituição de 1988 o pagamento de “salário-esposa” a servidor público casado, em obediência aos princípios republicanos da moralidade e da eficiência.
- (B) Ao servidor público que já usufruiu o primeiro período de férias, após cumprida a exigência de 12 meses de exercício, somente poderá usufruir novo período de férias no ano civil seguinte, dentro do período aquisitivo subsequente.
- (C) Por ausência de previsão legal, servidores públicos estaduais e municipais responsáveis por pessoa com deficiência não têm direito a jornada de trabalho reduzida.
- (D) A cada ente da Federação cabe definir as condições e os percentuais mínimos para o preenchimento dos cargos em comissão para servidores de carreira, a depender de suas necessidades burocráticas, inexistindo omissão legislativa ou inércia do legislador ordinário quanto à edição de lei nacional que discipline a matéria.
- (E) Compete à Justiça Federal processar e julgar ação de servidor público estadual decorrente de direitos e vantagens estatutárias no exercício de cargo em comissão.

QUESTÃO 50

A respeito da disciplina dos serviços públicos na Constituição de 1988 e nos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a legislação permite a cobrança da tarifa de esgotamento sanitário apenas quando cumpridas todas as etapas do serviço.
- (B) Com periodicidade mínima semestral, cada Poder e cada esfera de governo publicarão quadro geral dos serviços públicos prestados, que especificará os órgãos ou as entidades responsáveis por sua realização e a autoridade administrativa a quem estão subordinados ou vinculados.
- (C) A participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços constitui um dever do usuário do serviço público.
- (D) Constitui um direito do usuário do serviço público a prestação, por ele, de informações pertinentes ao serviço prestado quando forem solicitadas pelo poder público.
- (E) Segundo o STJ, é lícito ao concessionário de serviço público interromper, após aviso prévio, o fornecimento de energia elétrica de ente público que deixar de pagar as contas de consumo, desde que não aconteça de forma indiscriminada, preservando-se as unidades públicas essenciais.

QUESTÃO 51

Acerca da licitação e de sua disciplina na Lei federal nº 14.133/2021 e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo a referida lei, entidade é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública.
- (B) De acordo com a mencionada lei, órgão é definido como a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- (C) É constitucional o dispositivo de lei federal que altera o regime de outorga da prestação regular de serviços de transporte terrestre coletivo de passageiros desvinculados da exploração de obras de infraestrutura, permitindo sua realização mediante mera autorização estatal, sem a necessidade de licitação prévia, desde que sejam cumpridos requisitos específicos.
- (D) Sob a égide da citada na lei, os serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual são aqueles contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.
- (E) Conforme definição da lei em apreço, serviço contínuo é aquele realizado em trabalhos relativos a estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos.

Área livre

QUESTÃO 52

No que concerne à duração do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de 10 horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.
- (B) O tempo *in itinere*, que é aquele despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, deverá ser computado na jornada de trabalho, pois se trata de tempo à disposição do empregador.
- (C) A remuneração da hora extra será, pelo menos, 50% superior à da hora normal.
- (D) É vedado o regime de compensação de jornada no ordenamento jurídico brasileiro, em qualquer hipótese.
- (E) Se o empregado for contratado sob regime de tempo parcial, será incabível a conversão de um terço do período de férias em abono pecuniário.

QUESTÃO 53

No que tange à remuneração do empregado, assinale a alternativa correta.

- (A) O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a três meses, para não prejudicar a organização do trabalhador.
- (B) As importâncias, mesmo que não habituais, pagas a título de ajuda de custo, integram a remuneração do empregado.
- (C) As importâncias pagas a título de prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, porém constituem base de incidência de qualquer outro encargo trabalhista e previdenciário.
- (D) A alimentação, a habitação, o vestuário ou outras prestações *in natura* que a empresa fornecer ao empregado, ainda que habitualmente, não serão considerados salário.
- (E) Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.

QUESTÃO 54

Sempre que as férias forem concedidas após o prazo legal, o empregador deverá pagá-las

- (A) com acréscimo de 10%.
- (B) em dobro.
- (C) com acréscimo de 25%.
- (D) sem nenhum acréscimo.
- (E) com acréscimo de 70%.

Área livre

QUESTÃO 55

De acordo com o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a respeito do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Para fins de contratação, o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a dois anos no mesmo tipo de atividade.
- (B) A contratação do autônomo, quando exigida a exclusividade, mesmo que de forma descontínua, caracteriza relação de emprego.
- (C) Em qualquer hipótese, o contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de cinco anos.
- (D) A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa extingue, de forma automática, os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
- (E) Contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego.

QUESTÃO 56

Assinale a alternativa que indica direito dos trabalhadores urbanos e rurais, expressamente dispostos na Constituição Federal.

- (A) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos sábados e domingos.
- (B) Garantia de salário, nunca inferior a 50% do salário mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- (C) Seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário ou pedido de demissão.
- (D) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias, nos termos da lei.
- (E) Gozo de férias anuais remuneradas com pelo menos 50% a mais do que o salário normal.

QUESTÃO 57

No que se refere às provas no processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O ônus da prova incumbe ao reclamante quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito.
- (B) O depoimento das partes e das testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito obrigatoriamente por meio escrito.
- (C) Cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a seis.
- (D) O documento em cópia oferecido para prova deverá obrigatoriamente ter sua autenticidade reconhecida pelo cartório competente, sob pena de desentranhamento dos autos.
- (E) As testemunhas só comparecerão à audiência mediante notificação ou intimação.

Área livre

QUESTÃO 58

A respeito do procedimento sumaríssimo, assinale a alternativa correta.

- (A) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a 60 vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- (B) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a administração pública direta, autárquica e fundacional.
- (C) Por ser um rito mais célere, não há oportunidade para conciliação na audiência.
- (D) Interrompida a audiência, o seu prosseguimento e a solução do processo dar-se-ão no prazo máximo de 180 dias, salvo motivo relevante justificado nos autos pelo juiz da causa.
- (E) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

QUESTÃO 59

Acerca da competência no processo do trabalho, conforme dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa correta.

- (A) A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado prestar serviços ao empregador, exceto quando tenha sido contratado em outro local ou no estrangeiro.
- (B) O local competente para julgar ação movida por viajante comercial é a sede do Tribunal Regional do Trabalho da Jurisdição competente.
- (C) Às Varas do Trabalho compete julgar os recursos ordinários previstos na CLT.
- (D) Quando apresentada exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos, ao exceto por 24 horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência.
- (E) Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços.

QUESTÃO 60

De acordo com o sistema recursal disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), das decisões definitivas ou terminativas das varas e dos juízos, para instância superior, caberá

- (A) agravo de instrumento.
- (B) recurso de revista.
- (C) agravo de petição.
- (D) recurso ordinário.
- (E) embargos infringentes.

Área livre

O R I E N T A Ç Õ E S

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova é composta por 1 (uma) prova discursiva.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição de texto definitivo, acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de questões, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada com o número 1 na página inicial da folha de texto definitivo.

P R O V A D I S C U R S I V A

Leia, com atenção, o texto a seguir.

A empresa XYZ, do ramo de construção civil, interessou-se por um terreno vazio de propriedade do Conselho Regional de Farmácia do Tocantins (CRFTO). A empresa em questão encaminhou à presidência do CRFTO minuta com proposta de permuta desse terreno vazio por um conjunto de doze salas comerciais, localizado em um empreendimento recém-inaugurado pela empresa, no bairro central da capital do Estado. A presidência do CRFTO abriu consulta pública aos profissionais filiados ao Conselho acerca da proposta de negócio jurídico apresentada. Após votação realizada, constatou-se que a maioria dos profissionais filiados ao CRFTO foi favorável à concretização do negócio jurídico em discussão. Diante desse cenário, a presidência do CRFTO encaminhou o assunto ao departamento jurídico, para a lavra de parecer.

Considerando a situação hipotética mencionada, redija um texto dissertativo-argumentativo que responda à consulta formulada pela Presidência do CRFTO ao Departamento Jurídico acerca da possibilidade de permuta do imóvel pertencente ao CRFTO pelas salas comerciais oferecidas pela empresa XYZ. Aborde, necessariamente os seguintes tópicos:

- a) a natureza jurídica do CRFTO;
- b) a natureza jurídica do imóvel pertencente ao CRFTO;
- c) a validade jurídica da proposta de permuta de um bem imóvel público por bens imóveis pertencentes a particular; e
- d) explicar qual procedimento deve ser realizado pelo CRFTO para alienar o bem imóvel em questão.

Área livre – folha de rascunho na página seguinte

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

ATENÇÃO

**Aguarde a autorização do
fiscal para iniciar a prova.**

Realização

**iades**

Instituto Americano de Desenvolvimento